

ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

ESCRITOS DE LIBERDADE
LITERATOS NEGROS, RACISMO E CIDADANIA
NO BRASIL OITOCENTISTA

EDITORA UNICAMP

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	19
INTRODUÇÃO	23
PARTE I – ENTRE NÓS E LAÇOS	29
1. AS MUITAS EVIDÊNCIAS DE JOSÉ FERREIRA DE MENEZES.....	37
2. LUIZ GAMA, UMA VIDA NA RODA-VIVA	85
3. JOSÉ DO PATROCÍNIO: EMBATES SOBRE RAÇA, ABOLIÇÃO E CIÊNCIA	115
4. O MUNDO NEGRO DE MACHADO DE ASSIS	145
PARTE II – LIVRES E PELA LIBERDADE EM TEMPOS DE INCERTEZA	181
5. SOBRE VINTÉNS, "HOMENS DE COR" E OUTROS VALORES	187
6. RAÇA, ABOLICIONISMOS E CIDADANIA NOS ANOS 1880	223
PARTE III – SONHOS DE ORDEM EM MEIO À DESORDEM	259
7. O IMPORTANTE É PARTICIPAR: PERDAS E GANHOS DA CIDADANIA NEGRA EM SÃO PAULO	269
8. ORGANIZAÇÕES NEGRAS E DISSONÂNCIAS POLÍTICAS NO PÓS-ABOLIÇÃO.....	311
FONTES	351
REFERÊNCIAS.....	359

PREFÁCIO

O ofício de historiador consiste em grande medida em levantar véus que encobrem áreas vastas da experiência social de outrora. Não é tarefa leve descobrir modos e motivos pelos quais sociedades e gerações passadas deixam à posteridade um legado de silêncios e invisibilidades – legado esse que, num futuro indeterminado, pode se tornar aparente, exigir decifração. Nas últimas décadas, a historiografia brasileira se debruçou com apuro sobre a história da escravidão no país, e o fez de maneira a realçar aquilo que as pessoas escravizadas fizeram com o que fizeram delas, os modos como construíram suas vidas e comunidades em meio à exploração e à violência. Todavia, repara a autora de *Escritos de liberdade*, ao trazer à tona as vidas de negros em cativeiro, a historiografia contribuiu involuntariamente para a produção de sombras quanto à experiência de liberdade. O esquecimento é desconcertante, já de início, em vista de informações demográficas básicas. Segundo o censo de 1872, o único de cobertura nacional realizado durante o período monárquico, havia no país quase 5,8 milhões de descendentes de africanos (cerca de 60% da população total), dos quais 1,5 milhão permaneciam na escravidão e 4,2 milhões eram negros livres ou libertos. Em outras palavras, quase duas décadas antes da abolição da escravidão, três em cada quatro negros residentes no país viviam em liberdade.

Liberdade de vária espécie, tolhida de diferentes formas, precária, espremida entre a suspeição de ser escravo, ameaça cotidiana para muitos, e a sujeição de todos à virulência racista de gente como Silvio Romero, intelectual respeitado à época, a dizer, entre outras parvoíces, que “o negro é um ponto de vista vencido na escala etnográfica”. É nessa seara, a que diz respeito ao debate de ideias e às formas como elas acontecem no chão da história, que Ana Flávia Magalhães Pinto resolve intervir. Afinal, o silêncio que desafia não é o que se revela nos números do recenseamento, mas aquele que é condição para que o próprio recenseamento seja lido de

determinada forma, parecendo dizer muito sobre escravidão e nada sobre liberdade. Por isso *Escritos de liberdade* se debruça sobre o mundo dos pensadores negros da segunda metade do Oitocentos, a interrogar como viram a passagem da escravidão ao pós-emancipação, a perguntar em que medida tiveram perspectivas semelhantes sobre tal transformação histórica, que conexões estabeleceram entre eles, como enfrentaram os momentos de maior incerteza e perigo.

O resultado do esforço é fascinante, fazendo desmoronar uma série de pressupostos sobre os pensadores negros do período e o modo como se engajaram nas questões políticas de seu tempo. A primeira visão a ruir é a de que jornalistas e literatos negros em geral atuavam isoladamente, insulares todos, tanto no que tange ao relacionamento entre eles próprios quanto no que respeita à sua atuação em prol da maioria afrodescendente pauperizada e escravizada. Sabíamos algo, às vezes até bastante, sobre personagens tais como José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis e outros tantos, mas não havia ainda quem os colocasse todos como parte de um mesmo processo histórico de enfrentamento, na condição de pensadores negros, do racismo acachapante do período e de sua influência no processo de invenção de um mundo pós-abolição.

O que emerge do esforço não é um quadro homogêneo, coeso, não se vislumbra a formação de nenhum “partido negro” ou algo que o valha, por mais que, às vezes, gente como Silvio Romero visse isso mesmo, temesse visceralmente tal possibilidade. No entanto, “encanta” (no dizer inspirado da autora), por exemplo, ver José do Patrocínio, em colaboração mais ou menos deliberada com Ferreira de Menezes e, em especial, com Luiz Gama, dar concretude ao seu lema de que “a escravidão é um roubo. Todo dono de escravo é um ladrão”. Dito provocador, ousado, tão mais constrangedor pelo fato de ser tão verdadeiro, como mostrava Luiz Gama num processo judicial atrás do outro, a argumentar que a maior parte da propriedade escrava existente no país nas décadas de 1870 e 1880 era ilegal, derivava do contrabando massivo de africanos sequestrados e trazidos ao país à revelia da lei de proibição do tráfico negreiro de 1831. Encanta ver, noutro exemplo, a maneira como a *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, dava destaque, em seu noticiário, a histórias de negros livres escravizados ou reescravizados ilegalmente,

num esforço para educar o leitorado do jornal sobre as agruras de Benedito João Manoel, do menino Severino, do liberto Evaristo, de Maria Magdalena e seu filho, e de tantos outros, negros todos, a lutar pela liberdade ameaçada. Encanta, por fim, a forma como a intelectualidade negra lidava com o dever amaríssimo de reagir aos delírios racistas de Romero e seus pares, como o positivista Luiz Pereira Barreto, em resposta a quem Ferreira de Menezes disse o seguinte: “Não há nada de menos positivo do que a existência de uma raça ariana; verdadeiro invento pedantesco, destinado a satisfazer os estultos preconceitos e o atroz orgulho dos exploradores da raça africana”. Machado de Assis dedicou boa parte de sua obra ao objetivo de demolir, com indignação racionada e hábil manejo da pena da galhofa, cada estultice das ideologias científicas do período e suas derivações racistas.

Outros pressupostos historiográficos revistos aqui dizem respeito à relação da maioria negra com a política na passagem do regime monárquico ao republicano. Impressionam, em primeiro lugar, o protagonismo e a capacidade de mediação de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio por ocasião da Revolta do Vintém, em 1880. Quiçá mais importante, porém, seja o desvendamento da pluralidade de opiniões políticas existente entre os afrodescendentes, parte deles seguramente monarquista, como se sabia, mas com contingente considerável de republicanos também. Ademais, a ideia de alheamento da população no que concerne à participação política não se confirma. Há um fortalecimento do associativismo negro no período, preocupado em promover a instrução entre os membros das organizações, requisito indispensável para a qualificação eleitoral. Nada disso desmente o tamanho da exclusão política da maioria afrodescendente nas décadas posteriores à Abolição, mas permite dimensionar melhor o grau de violência e racismo envolvidos no processo.

Aqueles foram tempos conturbados, carregados de violência e incerteza. Inseguros diante da necessidade de pensar o mundo sem escravidão, iterações reais de gente como Brás Cubas e Dom Casmurro recorreram ao racismo e a outras indignidades para oprimir, submeter e violentar trabalhadores e trabalhadoras, afrodescendentes e outros, e manter as suas prerrogativas de mando e acumulação de riquezas. Ao escrever este Prefácio, vivemos outro tempo histórico em que o apego às desigualdades faz reemergir o racismo, no Brasil e alhures. Nada se

aprende com a história, nada se pode prever por meio de seu estudo, salvo pela constatação de que a luta por justiça social continua sempre, não pode esmorecer.

Sidney Chalhoub

Maio de 2018